

Na GANGORRA do PLANALTO

O IMPASSE ECONÔMICO REALIMENTA
A CRISE POLÍTICA E EXPÕE O EQUILÍBRIO
PRECÁRIO DO GOVERNO

— por ANDRÉ BARROCAL —

CASO O GOVERNO Dilma Rousseff fosse uma daquelas pirâmides humanas tão comuns em espetáculos circenses, ficaria difícil descobrir onde se localiza o ponto de equilíbrio. Certamente, ele não está na equipe econômica. Os ministros Joaquim Levy, da Fazenda, e Nelson Barbosa, do Planejamento, disputam a atenção presidencial com ideias opostas, mas, se o coração da presidenta pende para o segundo, é do primeiro que ela precisa para segurar o apoio do setor financeiro. Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante não tem ninguém

para defendê-lo no PT e no PMDB, mas mantém a confiança da mandatária. O vice Michel Temer não consegue apagar a impressão de atuar de forma ambígua, aberto à alternativa de um governo sem a petista, embora volta e meia se pronuncie contra o golpismo. O PMDB é essencial, mas suas duas principais lideranças no Congresso continuam a desempenhar papéis bastante conflitantes. No Senado, Renan Calheiros é um discreto aliado, mais preocupado em sair incólume da Operação Lava Jato. É a mesma meta de Eduardo Cunha, presidente da Câmara. Os meios é que são outros: Cunha

continua a cevar a iniciativa da oposição, capitaneada pelo PSDB, de destituir Dilma.

Não bastasse, os movimentos sociais aliados do PT não aceitam o ajuste fiscal e cobram mudanças na política econômica, enquanto o empresariado não vê solução no horizonte e volte a alimentar dúvidas sobre a melhor saída para o impasse político-econômico. Em suma, é no topo de um equilíbrio precário que a presidenta se vê às vésperas de uma nova ofensiva para tirá-la do cargo.

A campanha do “Fora Dilma” ganhou contornos de fato político em Brasília e sua arena voltou a ser a Câmara. No início do mês, líderes oposicionistas haviam

LULA MARQUES/AG.PT E WILSON DIAS/ABR



Dilma Rousseff criticou quem "utiliza a crise como mecanismo para chegar ao poder". Referia-se à oposição e a Eduardo Cunha, que ensaiaram o teatro do impeachment na quinta-feira 17



lançado uma frente para derrubar a petista, apegados a um pedido apresentado pelo advogado Hélio Bicudo, ex-militante do PT. Agora, pressionam Cunha para colocar em funcionamento a engrenagem. Querem que o plenário decida na primeira quinzena de outubro se o pedido será enviado para exame de uma comissão parlamentar. Bicudo invoca “as pedaladas fiscais”, estripulias na Petrobras e o financiamento eleitoral de Dilma em 2014 por empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato como motivos para a deposição. O texto recebeu enxertos do advogado Miguel Reale Jr., tucano *ad hoc*, antes de ser reapresentado na quinta-feira 17.

Dois dias antes, o líder do DEM, Mendonça Filho, subira à tribuna para cobrar Cunha. O demista está acostumado a encarar a duração de mandatos presidenciais ao sabor de conveniências. Foi ele o autor, em 1996, da proposta de reeleição, para júbilo de FHC. Sua pressão sobre Cunha causou rebuliço no plenário. Orlando Silva, do PCdoB, chamou a frente pró-*impeachment* de “um bando de provocadores” e o DEM, de “golpista” e “legítimo herdeiro da Arena”, o partido da ditadura, enquanto outro filhote do regime militar, o deputado-capitão-misógino Jair Bolsonaro, do PP, vociferava ser preciso “cassar essa mulher”.

O requerimento de Bicudo veio bem a calhar à oposição, louca para evitar o rótulo de golpista. O advogado, além de ex-integrante do Partido dos Trabalhadores, fez fama ao enfrentar a repressão durante a ditadura. A imagem de “progressista” tenta encobrir o caráter oportunista do pedido e levou três de seus quatro filhos a emitirem críticas contundentes. “É triste ver uma pessoa que possuía um patrimônio político e uma história de vida digna juntar-se à direita mais sórdida do nosso País para fazer um papel no mínimo



Embora tenha sido firme na Rússia, Temer ainda suscita dúvidas sobre sua fidelidade entre aliados de Dilma, que não consegue arbitrar as diferenças entre Levy e Barbosa

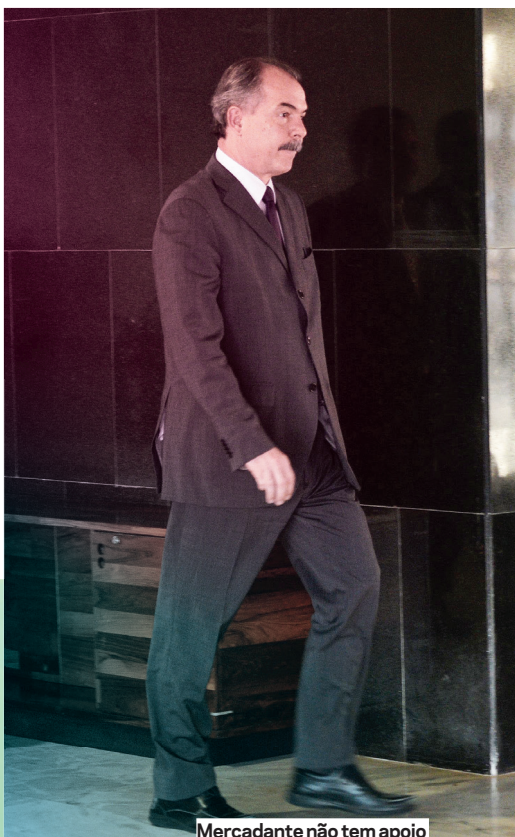


NOBRE, DA UNICAMP: "HÁ UMA BATALHA ENTRE DOIS EXÉRCITOS ESFARRAPADOS"

ridículo”, escreveu José Eduardo Bicudo no Facebook. Segundo ele, o alvo do pai seria Lula. Bicudo foi vice-prefeito paulistano na gestão Marta Suplicy e, ao que consta, jamais perdoou Lula e o PT por seu papel decorativo. Há quem diga que sua iniciativa teria sido estimulada pelo senador tucano José Serra, com quem mantém boas relações.

A ofensiva “Fora Dilma” inquietou a ala governista. Em jantar da presidenta com alguns governadores na segunda-feira 14, o petista Wellington Dias, do Piauí, disse ser preciso frear a expansão desses movimentos. Por três dias seguidos, Dilma aproveitou aparições públicas para reagir. Disse que faria de tudo “para impedir que processos não democráticos

ANTONIO CRUZ/ABR, WILSON DIAS/ABR E EVARISTO SA/AFIP



Mercadante não tem apoio do PT ou do PMDB, mas goza da confiança da presidenta. Resistirá à reforma ministerial?

cresçam e se fortaleçam”, que “qualquer forma de encurtar o caminho da rotatividade democrática é golpe” e que “utilizar a crise como mecanismo para chegar ao poder é uma versão moderna do golpe”. Em recado direto ao senador tucano Aécio Neves, derrotado nas últimas eleições, cobrou dos políticos “que aceitem o veredicto das urnas”. O revide não demorou. “Golpe ou atalho para chegar ao poder é utilizar dinheiro do crime ou da irresponsabilidade fiscal para ganhar votos”, retrucou Aécio.

Na luta pela sobrevivência política, a presidenta se valerá de uma iminente reforma ministerial e administrativa. Será praticamente um recomeço do governo. Dilma tratou do assunto na quinta-feira 17 com o ex-presidente Lula, que havia participado de uma reunião só com ministros do PT organizada por

Jaques Wagner, da Defesa. O Palácio do Planalto terá novos timoneiros. O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, e o chefe de gabinete no primeiro mandato, Giles Azevedo, assumiram as rédeas da coordenação política nos últimos dias, em caráter provisório. Em conversas reservadas, Berzoini tem dito que a falta de provas contra a presidenta é o motivo para o “Fora Dilma” não contagiar parlamentares desprovidos de interesse pessoal na queda da petista. É possível que ele e Azevedo sejam efetivados na função, resta saber em quais cargos.

A articulação em favor da presidenta precisa, no entanto, extrapolar as fronteiras de Brasília. As propostas de aumento de impostos colocaram parte do empresariado, antes inclinados a rejeitar em uníssono a ideia do *impeachment*, contra o governo. A oposição percebeu a oportunidade e lançou uma campanha contra a elevação de tributos. Conseguirá atrair o setor privado, temeroso dos efeitos caóticos de uma deposição, para sua causa?

A decisão de parte do sistema político de peitar o PIB e insistir no “Fora Dilma” é “surpreendente”, e uma das explicações é a dubiedade de Temer, na visão do cientista político e filósofo Marcos Nobre, da Unicamp e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Segundo ele, a postura recente de Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, é representativa. Skaf adotou um discurso radical contra Levy e as medidas de ajuste do governo. Em um ambiente conspiratório como o atual, seria difícil separar Skaf de Temer.

Além de um racha no mundo empresarial, Nobre vê outras duas razões para o avanço da tentativa de *impeachment*. Certa impaciência de parte da classe política com o PSDB, incapaz de conciliar os interesses de seus presidenciáveis Aécio Neves, Geraldo Alckmin e José Serra. E os rumos da Operação Lava Jato. No Congresso, há quem acredite que, sem Dilma, seria possível domar a

investigação e salvar dezenas de parlamentares. O confuso cenário tenderia, contudo, a beneficiar a presidenta. “Há uma batalha entre dois exércitos esfarapados, mas Dilma ainda tem um ligeiro favoritismo. Todo mundo que está no governo leva vantagem, mesmo que cometa erros.”

Apetista talvez tenha abusado do direito de errar e é essa a razão para estar às vésperas de uma batalha contra o *impeachment*. Ela teve êxito em escapar das armadilhas de agosto, com o adiamento do julgamento das contas do governo no Tribunal de Contas da União, outro pretexto da oposição para derrubá-la, e a obtenção de apoio no PIB e de Calheiros. O problema foi o dia seguinte, diz Leonardo Avritzer, presidente da Associação Brasileira de Ciência Política. Na economia, foi incapaz de virar a página do ajuste fiscal e de apresentar uma agenda de crescimento. Na política, comportou-se de forma pouco inteligente com o vice-presidente. “A nova posição do Temer complicou a conjuntura. Ele se colocou ao mesmo tempo como avalista do governo, mas também como alternativa.” Avritzer resume: “É a interseção dos problemas na política e na economia que a enfraquece”.

O Orçamento de 2016 é uma amostra da contaminação da política pela economia. Após apresentar um Orçamento com um buraco de 30 bilhões de reais, o Planalto anunciou na segunda-feira 14 medidas para transformar o déficit em superávit de 34 bilhões. Dilma cumpriu a promessa e não cortou programas sociais como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida ou o Fies, de financiamento estudantil. Apostou, sobretudo, no controle de despesas com servidores (11 bilhões de reais de economia) e na volta da CPMF com alíquota de 0,20% e vinculada à Previdência (arrecadação estimada em 32 bilhões de reais). O pacote,

que para vingar depende do Congresso, foi desenhado para distribuir o custo “da maneira mais equilibrada possível nos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira”, conforme Barbosa.

Cortes profundos, que atingiriam a área social, vedete petista, eram cobrados por setores empresariais e políticos. Se preservou o social, Dilma foi, porém, tímida ao propor medidas tributárias progressivas, reclamadas por seus apoiadores. Uma proposta cria uma tabela progressiva do Imposto de Renda sobre o lucro obtido na venda de imóveis, taxa única limitada hoje à alíquota única de 15%. Outra reduz um pouco as vantagens obtidas pelas empresas no uso de um dispositivo chamado “juros sobre capital próprio”, típica jabuticaba. Nada de acabar com a isenção de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos pagos a sócios e donos de empresas nem criar novas e maiores alíquotas para as pessoas físicas, ideias defendidas pelo ministro do Planejamento. Levy boicotou tudo para “não enfrentar os tubarões”, na descrição de um colega mordaz.

O empenho do titular da Fazenda foi recompensado. Os bancos foram os únicos a sair a público na defesa do pacote, inclusive a CPMF. Em nota, a Febraban, federação do setor, disse que as medidas “refletem o compromisso do governo em promover o equilíbrio fiscal, condição indispensável para abrir caminho à retomada do desejado crescimento da economia do País”. O que não foi suficiente para convencer o Congresso a apoiar o pacote de imediato. Calheiros apontou uma “resistência histórica” do Legislativo à alta de impostos, enquanto Cunha faz tudo para a CPMF morrer. Resta ao Planalto a esperança de os governadores, também na penúria financeira causada pela recessão, convencerem os parlamentares não só a aprovar o tributo, mas a aumentar a alíquota e abocanhar um pedaço da arrecadação.



"O IMPEACHMENT É CAMINHO SEM VOLTA PARA O PSDB", DIZ O DEPUTADO MARCUS PESTANA

Um dia após o anúncio do pacote, Dilma, Levy e Barbosa reuniram-se no Planalto com líderes de partidos aliados. Na conversa com deputados, o ministro da Fazenda ouviu um conselho: “Sugiro que o senhor saia um mês de férias e coloque um desenvolvimentista, para ver se a nota não melhora”. A ironia partiu de Rogerio Rosso, líder do PSD, legenda do ministro das Cidades, Gilberto Kassab. Aludia ao rebaixamento do *rating* brasileiro pela Standard & Poor’s. Para Rosso, é preciso incentivar o crescimento, não apenas cortar gastos, como prefere Levy. “O ajuste fiscal não deu certo, a prova é o Orçamento de 2016.”

Os vasos comunicantes entre economia e política, incluídos aí os desdobramentos da Lava Jato, mantêm animados os opositores pró-*impeachment*. As alas tucanas engajadas no projeto “Fora Dilma” andam otimistas em relação ao pedido protocolado por Bicudo. Bastaria

metade dos votos dos 513 deputados, número que o deputado Marcus Pestana, presidente do PSDB mineiro, diz ser possível reunir graças à pressão de certos movimentos de rua. Uma petição na internet pela derrubada de Dilma tem quase 1 milhão de assinaturas, indício da mobilização desses movimentos.

Para passar da aceitação do pedido à abertura de um processo de cassação seriam necessários, no entanto, dois terços dos deputados (342). Pestana reconhece que a oposição não conseguiria hoje reunir esse apoio, mas vê chances no futuro próximo. “O *impeachment* é um caminho sem volta para o PSDB.” Segundo ele, o plano é esgotar até o fim deste ano todas as possibilidades de afastamento de Dilma: pedido de *impeachment* na Câmara, cassação da chapa no Tribunal Superior Eleitoral e processo por crime

ANTÔNIO CRUZ/ABR